

Bruxelas, 29 de novembro de 2024  
(OR. en)

16277/24

CLIMA 424  
ENV 1160  
ENER 583  
TRANS 517  
AGRI 843  
ECOFIN 1444  
COMPET 1167  
IND 539  
MI 986

**NOTA**

---

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
n.º doc. Com.:	6291/24 + ADD 1-6
Assunto:	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: «Assegurar o nosso futuro – A meta climática da UE para 2040 na via da neutralidade climática até 2050 para uma sociedade sustentável, justa e próspera» – Troca de pontos de vista

---

1. A fim de orientar a troca de pontos de vista sobre o tema em epígrafe na reunião do Conselho (Ambiente) de 17 de dezembro de 2024, a Presidência elaborou a nota em anexo e as perguntas dirigidas aos ministros.
2. Convida-se o Comité de Representantes Permanentes a tomar conhecimento da nota e das perguntas da Presidência e a transmiti-las ao Conselho para a troca de pontos de vista.

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho,  
ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões  
Assegurar o nosso futuro – A meta climática da UE para 2040 na via da neutralidade  
climática até 2050 para uma sociedade sustentável, justa e próspera**

**– Troca de pontos de vista**

**Introdução**

Em 6 de fevereiro de 2024, a Comissão publicou a sua Comunicação intitulada «Assegurar o nosso futuro – A meta climática da UE para 2040 na via da neutralidade climática até 2050 para uma sociedade sustentável, justa e próspera»<sup>1</sup>, que recomenda uma meta de redução, até 2040, de 90 % das emissões líquidas de gases com efeito de estufa (GEE) em relação aos níveis de 1990. A meta para 2040, uma vez acordada, constituirá a base do novo contributo determinado a nível nacional (CDN) da UE no âmbito do Acordo de Paris, a comunicar à CQNUAC muito antes da COP 30. A Comissão deverá apresentar uma proposta legislativa no início de 2025 para incluir uma meta climática para 2040 na Lei Europeia em matéria de Clima e propor medidas setoriais pertinentes em tempo útil. Os dados mais recentes mostram que os custos das alterações climáticas e da inação são tanto mais evidentes como os benefícios da ação, que incluem benefícios em matéria de segurança energética e benefícios amplos e significativos no que respeita à redução da nossa dependência dos combustíveis fósseis.

A análise da Comunicação da Comissão e da avaliação de impacto que a acompanha teve início na reunião do Grupo do Ambiente de 12 de fevereiro de 2024. Em 25 de março de 2024, o Conselho (Ambiente) realizou um primeiro debate sobre a Comunicação. O debate evidenciou que havia um apoio geral à definição de uma meta climática para 2040 e que, de um modo geral, as delegações concordavam com as condições favoráveis identificadas na Comunicação como necessárias para alcançar essa meta.

---

<sup>1</sup> Doc. 6291/24 + ADD 1-6.

Durante o debate no Conselho (Ambiente) de 17 de junho, os ministros destacaram como condições favoráveis essenciais a aplicação do quadro de ação relativo ao clima e à energia acordado para 2030, a salvaguarda da competitividade da UE e a garantia de uma transição justa.

Sublinharam igualmente a necessidade de assegurar a previsibilidade e uma trajetória de execução estável rumo à neutralidade climática, juntamente com um quadro regulamentar e de investimento favorável. O debate evidenciou ainda que a definição de uma meta climática para 2040 para a UE exige uma abordagem abrangente, transetorial e equilibrada, com uma maior coerência entre as políticas em matéria de clima, energia, indústria e outras políticas pertinentes, a fim de ter em conta as suas interações e interdependências. Os ministros salientaram que, para assegurar a competitividade industrial da UE são necessárias, nomeadamente, condições de concorrência equitativas, tanto a nível mundial como a nível da UE, e a descarbonização do setor da eletricidade com um investimento reforçado em tecnologias limpas inovadoras.

No plano conjunto de descarbonização e competitividade proposto por Mario Draghi no seu relatório intitulado «O futuro da competitividade europeia» (setembro de 2024) para ajudar a enfrentar os desafios da descarbonização e aproveitar as suas oportunidades, tecem-se considerações semelhantes. As cartas de missão da presidente da Comissão aos comissários indigitados também mencionam uma abordagem integrada da descarbonização e da competitividade. Tanto o relatório de Mario Draghi como o relatório de Enrico Letta «Much more than a market» (Muito mais do que um mercado) (abril de 2024) sublinham a necessidade urgente de a UE acelerar a inovação e a transformação ecológica para cumprir as suas metas para 2030 e o objetivo global da neutralidade climática, a transformação energética e a integração do mercado único.

Na sequência dos anteriores debates do Conselho sobre a comunicação da Comissão, durante a Presidência húngara o debate a nível técnico centrou-se nas três condições favoráveis destacadas pelos ministros no Conselho (Ambiente) de junho. Os principais pontos abordados durante os debates encontram-se resumidos a seguir.

## **Aplicação do quadro de ação relativo ao clima e à energia acordado para 2030**

As delegações concordam que a aplicação do pacote «Objetivo 55» é uma condição prévia para alcançar uma meta climática ambiciosa para 2040. Os setores dos transportes, da agricultura e dos edifícios, bem como o setor do uso do solo, alteração do uso do solo e florestas (LULUCF), parecem ser os setores em que a maioria dos Estados-Membros enfrenta atualmente os maiores desafios em termos de execução, nomeadamente quando se trata de dar resposta às necessidades das pessoas mais vulneráveis e de garantir os recursos financeiros necessários. A descarbonização dos setores da eletricidade e da indústria exigirá também investimentos significativos, inclusive por parte do setor privado. Algumas delegações consideraram que é necessário um quadro regulamentar para mobilizar o investimento privado.

Várias delegações consideraram muito apertados os prazos para a transposição e aplicação da legislação no âmbito do pacote «Objetivo 55» e salientaram os encargos administrativos resultantes dos novos requisitos. Várias delegações mencionaram igualmente os desafios da implantação de tecnologias de remoção e armazenamento de carbono, nomeadamente no que se refere à garantia do financiamento necessário. No que diz respeito aos ensinamentos retirados, embora, de um modo geral, as delegações tenham defendido a continuação de uma abordagem «em pacote» na conceção do quadro pós-2030 e tenham acordado que todos os setores devem contribuir para os esforços de descarbonização, várias solicitaram uma maior flexibilidade na conceção das metas setoriais, tendo em conta as especificidades dos Estados-Membros.

## **Garantir a competitividade da indústria europeia**

As delegações consideraram a previsibilidade, a estabilidade regulamentar e um quadro político coerente como fatores essenciais para promover a competitividade europeia. Algumas delegações sublinharam que a descarbonização é um motor da competitividade com potencial para promover o crescimento, a resiliência e empregos orientados para o futuro. Várias delegações salientaram o grande potencial do setor da energia para reforçar a competitividade: algumas salientaram o papel central das energias renováveis em combinação com o armazenamento, enquanto outras salientaram o princípio da neutralidade tecnológica, reconhecendo o papel da energia nuclear na transição. As delegações sublinharam a necessidade de garantir o acesso a energia limpa e a preços acessíveis, nomeadamente através da melhoria das infraestruturas, da modernização da rede e do desenvolvimento de interligações, bem como a necessidade de eliminar os obstáculos à inovação, de reduzir a burocracia e de simplificar os procedimentos como, por exemplo, a concessão de licenças. Além disso, várias delegações chamaram a atenção para o potencial das tecnologias de remoção de carbono e para a necessidade de acelerar a sua implantação, tendo simultaneamente em devida consideração a forma como as remoções são incluídas no quadro de ação relativo ao clima. Várias delegações salientaram que a economia circular tem um grande potencial ainda por explorar.

As delegações salientaram o papel crucial do investimento na investigação e inovação e do financiamento das tecnologias limpas, tanto de fontes públicas como privadas. Várias delegações salientaram o papel dos instrumentos de financiamento da UE, em particular do Fundo de Inovação, no apoio à inovação. Além disso, algumas delegações chamaram a atenção para a importância de regras eficazes em matéria de auxílios estatais ou de contratação pública. No contexto da garantia de uma concorrência leal e de condições de concorrência equitativas a nível internacional, várias delegações salientaram a importância do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) e sugeriram que se ponderasse a sua melhoria, assegurando simultaneamente a sua compatibilidade com as regras internacionais pertinentes. Algumas delegações sublinharam a necessidade de uma ação climática a nível mundial e, neste contexto, solicitaram que fosse reforçada a diplomacia climática da UE, em especial no que diz respeito à sensibilização e ao apoio à tarifação do carbono.

## **Assegurar uma transição justa**

As delegações concordaram que é essencial envolver os cidadãos, as empresas, os trabalhadores e todas as partes interessadas, bem como cooperar com a indústria, para assegurar a sua participação na transição ecológica. Sublinharam o importante papel da cooperação entre universidades e centros de investigação, da educação e da formação ao longo da vida, bem como da requalificação e da melhoria de competências, para equipar a mão de obra com vista à transição ecológica. Além disso, salientaram a importância da sensibilização dos cidadãos e da comunicação transparente com os mesmos, assim como da prestação de informações cientificamente fundamentadas ao público.

Foi igualmente sugerido que se avaliasse o impacto das medidas de descarbonização nas partes vulneráveis da sociedade. Reconheceu-se a necessidade de apoiar os grupos vulneráveis que serão mais afetados pela transição ecológica e várias delegações consideraram que o financiamento através do Fundo Social em matéria de Clima tem potencial para melhorar a justiça social e deve ser mantido. Foi lembrado que o apoio pode ser prestado através da política de coesão e de outros fundos da UE, como o Fundo para uma Transição Justa e o Fundo Social Europeu, mas que há margem para melhorar a disponibilização de informações sobre essas possibilidades. Além disso, foram consideradas úteis as medidas destinadas a prestar apoio técnico e a partilhar boas práticas.

## **Instrumentos de descarbonização**

As delegações debateram igualmente o papel dos instrumentos de descarbonização e o papel da tarifação do carbono na descarbonização da indústria no período pós-2030. A maioria das delegações considerou que o Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) deverá continuar a ser a pedra angular da política climática no período até 2050, tendo muitas delas lembrado a necessidade de o combinar com um Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço eficaz. Várias delegações sublinharam que, no que respeita ao CELE 2 (edifícios, transporte rodoviário e outros setores), é necessário prestar especial atenção à utilização eficaz do Fundo Social em matéria de Clima através dos Planos Sociais em matéria de Clima, a fim de proteger os agregados familiares vulneráveis de preços excessivos. Algumas delegações defenderam o alargamento do RCLE a outros setores, como a agricultura, a incineração de resíduos ou as embarcações marítimas de menor dimensão, enquanto outras não se mostraram a favor desse alargamento.

No entanto, foi salientado que não existe uma solução única para descarbonizar a economia europeia, e, para complementar os mecanismos de tarifação do carbono, as delegações sugeriram, por exemplo, a expansão das energias renováveis, o desenvolvimento do hidrogénio verde e de outras tecnologias hipocarbónicas, bem como novas medidas para aumentar a eficiência energética. Várias delegações recordaram igualmente que haverá uma necessidade crescente de remoções tecnológicas de carbono no futuro e que devem ser criados incentivos para apoiar a sua implantação.

### **Perguntas dirigidas aos ministros:**

Neste contexto, os ministros são convidados a trocar pontos de vista sobre as seguintes perguntas:

1. *Para fazer face aos desafios enfrentados pelas administrações e pelas empresas em relação aos requisitos decorrentes do pacote «Objetivo 55» para o êxito da sua execução, por que meios e em que setores específicos, no âmbito do pacote «Objetivo 55», poderiam os encargos administrativos ser reduzidos ou poderiam os requisitos ser simplificados ou racionalizados?*
2. *Que tipo de quadro regulamentar e de investimento seria necessário para o período após 2030 a fim de proporcionar a previsibilidade e a coerência política necessárias à promoção da competitividade das indústrias europeias, ao mesmo tempo que nos mantemos na via para alcançar a neutralidade climática até 2050? Que medidas facilitadoras seriam necessárias para assegurar uma transição justa?*